

DOI: 10.9732/P.0034-7191.2016V112P299

Poder e (in)tolerância: a importância da memória na reconstrução de uma identidade

Power and (in)tolerance: the importance of memory for the reconstruction of an identity

Natália Silva Teixeira Rodrigues de Oliveira¹

Resumo: Qual a importância de se pensar o passado ou de não deixar esse passado esvair-se no esquecimento? O holocausto não caiu no esquecimento, sobretudo em razão dos seus testemunhos, indispensáveis que foram (e, ainda, o são) para a construção da sua memória. Ele é a demonstração do quanto a humanidade é vulnerável, tanto por ser vítima, quanto por ser algoz, pois os mecanismos de construção de uma cultura de tolerância podem ser os mesmos a viabilizar a de intolerância. Afinal, são mecanismos de poder. O presente artigo não é um trabalho sobre o holocausto, mas, sim, sobre a importância da sua memória, vista numa perspectiva transdisciplinar, face a sua natureza complexa e multifacetária, que envolve o aspecto humano, ético, jurídico, sociocultural, político, histórico

-
- 1 Doutora em Direito/UFMG. Mestre em Direito/UFMG. Professora de direito e processo penal; professora-orientadora do ESAJUNA; pesquisadora da Pós-Graduação/Linha de pesquisa "Direito Penal e Empresarial"; e coordenadora do grupo de estudos transdisciplinar "Ética, Literatura, História e Direito" - Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte/MG. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4581922H9>.

e filosófico. A partir das peculiaridades da pesquisa, é possível estabelecer uma relação entre o resgate da história e a importância do não esquecimento, como marco absolutamente necessário para a maturidade e a consciência históricas de uma sociedade.

Palavras-chave: poder, (in)tolerância, memória, identidade.

Abstract: What is the importance of thinking about the past or not letting it fade away into a limbo of past memories? The holocaust has not been left behind, mainly because of its testimonies that were and are indispensable for constructing its memory. It is the demonstration of how the humanity is vulnerable, not only as victim but also as executioner because the same mechanisms that constructs a tolerance culture can encourage the intolerance as well. After all, they are tools of power. The present article is not a work about the holocaust, but the importance of its memory through a transdisciplinary perspective, facing its complex and multifaceted nature that involves the human, ethical, legal, socio-cultural, political, historical and philosophical aspects. From the peculiarities of research, it was possible to establish a relation between the recovery of its history and the importance of not forgetting it as an absolutely necessary benchmark for maturity and historical consciousness of a society.

Keywords: power, (in)tolerance, memory, identity.

1. Resgate, memória e identidade

“Não há identidade alemã sem Auschwitz”.

Esta frase, dita por Joachim Gauck, presidente alemão, em 27 de janeiro de 2015, na Câmara Baixa do Parlamento

Alemão, *Bundestag*, por ocasião das comemorações dos 70 anos de libertação do complexo Auchwitz-Birkenau², revela uma preocupação constante da Alemanha em manter viva a memória da Segunda Guerra Mundial e, em especial, do holocausto.

O que motiva essa intensa preocupação com o passado³?

Lidar com o resgate da história passa, inevitavelmente, pela construção desse questionamento, por vezes, de difícil elucidação. Afinal, a única certeza da vida é o presente, o passado já está morto e o futuro é incerto. Mas, será mesmo que, numa perspectiva necessária de processo, o passado está morto e o que se viverá no futuro é apenas algo incerto?

Nesse dilema reside um dos grandes paradoxos de uma sociedade. O passado não está morto e nem poderia estar, tendo em vista que ele mantém inevitável relação de causalidade com o presente e é absolutamente indispensável para a construção do futuro. As marcações temporais são meras convenções de uma simples continuidade da vida.

Essa relação entre passado, presente e futuro⁴ se faz no plano universal, tanto em seu contexto micro, na vida de uma

2 Disponível em: www.dw.de/n%C3%A3o-h%C3%A1-identidade-alem%C3%A3-sem-auschwitz-diz-gauck/a-18216763. Acesso em: 07 jun 2015.

3 Conforme Luciana Quillet Heymann, “defender o dever de memória é afirmar a obrigação que tem um país de reconhecer o sofrimento vivido por certas categorias da população, sobretudo na medida em que o Estado tem responsabilidade nesse sofrimento”. HEYMANN, 2006. Do mesmo modo, Beatriz Sarlo: “A memória é um bem comum, um dever (como se disse no caso europeu) e uma necessidade jurídica, moral e política.” SARLO, 2007, p. 47.

4 Jacques Le Goff ensina que “Marc Bloch propôs também ao historiador, como método, um duplo movimento: compreender o presente pelo passado, compreender o passado pelo presente: ‘A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas é talvez igualmente inútil esgotar-se a compreender o passado, se nada se souber do presente.’” LE GOFF, 2012, p. 221-2.

pessoa, quanto no contexto macro, na formação cultural de uma sociedade⁵. Nada se constrói sem um passado, simplesmente porque todos têm uma história e ninguém consegue esquecer-la, a não ser aqueles que, na sempre lúcida e sensível expressão do intelectual uruguaio Eduardo Galeano, não possuem o que ele denominava “glândula da consciência”⁶.

Então, porque uma sociedade pode se deixar levar pelo esquecimento de sua própria história? Quais as consequências dessa negligência com o passado, necessariamente construído, vivo e presente?

Muito embora possa existir, em alguns contextos, um desejo do esquecimento⁷, essa cultura do esquecer só faz incrementar uma certa alienação social, que pode ser tão perigosa quanto o próprio passado, que se quer abandonar. Há o risco da sua repetição ou de não conseguir superá-lo, simplesmente por não compreender ou mesmo não conhecer quais as relações, que se estabelecem entre esse passado, o presente e, até mesmo, um futuro que se deseja viver.

Sobre este tema, indispensável a colocação – sempre mais que oportuna, mas verdadeira lição de vida, de Eric Hobsbawn, sobre a memória e o papel do historiador:

-
- 5 Em Michael Pollak, “a priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. POLLAK, 1992, p. 200-212.
- 6 GALEANO, Eduardo. Programa Sangue Latino, do Canal Brasil, gravado em 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w8rOUoc_xKc. Acesso em: 19 jun. 2015.
- 7 “Propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada. Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada; pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois nunca está completo. A lembrança insiste porque de certo modo é soberana e incontrolável (em todos os sentidos dessa palavra).” SARLO, 2007, p. 10.

A postura que adotamos com respeito ao passado, quais as relações entre passado, presente e futuro não são apenas questões de interesse vital para todos: são indispensáveis. É inevitável que nos situemos no *continuum* de nossa própria existência, da família e do grupo a que pertencemos. É inevitável fazer comparações entre o passado e o presente: é essa a finalidade dos álbuns de fotos de família ou filmes domésticos. Não podemos deixar de aprender com isso, pois é o que a *experiência* significa. Podemos aprender coisas erradas – e, positivamente, é o que fazemos com frequência –, mas se não aprendemos, ou não temos nenhuma oportunidade de aprender, ou nos recusamos a aprender de algum passado algo que é relevante ao nosso propósito, somos, no limite, mentalmente anormais. “Gato escaldado tem medo de água fria”, diz o velho provérbio – acreditamos em seu aprendizado a partir da experiência. Teoricamente, o passado – todo o passado, toda e qualquer coisa que aconteceu até hoje – constitui história. Uma boa parte dele não é da competência dos historiadores, mas uma grande parte é. E, na medida em que compilam e constituem a memória coletiva do passado, as pessoas na sociedade contemporânea têm de confiar neles⁸.

É certo, entretanto, que tanto a memória quanto o esquecimento não são construídos no curto prazo. Demandam tempo. Por isto mesmo, a memória pode ser um incômodo constante para determinadas sociedades, permitindo-se, com isto, que ela seja encoberta pelo esquecimento.

No caso específico do holocausto, percebe-se uma intensa e presente busca pela sua memória, uma história que ninguém parece desejar (ou dever) esquecer. É bem possível que, de todos os eventos trágicos do passado, ele seja o mais estudado, pesquisado, lido, revivido, refletido, questionado, enfim, reconstruído, e, mesmo assim, sempre se tem algo a desvendar, uma palavra a se dizer.

Por um lado, essa memória intensa acabou por vincular o fenômeno “holocausto” especificamente aos judeus, como

8 HOBSBAWN, 2013, p. 44-5.

se somente fizesse parte da sua história e não da humanidade. Na conclusão de Zigmund Bauman, praticamente foi uma história “apropriada” pela comunidade judaica, com o que ele explica a dificuldade encontrada pela sociologia de identificar o holocausto como um verdadeiro marco da modernidade:

Minha complacência, como a dos meus colegas sociólogos, era em muito explicada (mas não desculpada) por certas formas de apropriação e exibição da memória do Holocausto. Sedimentou-se com frequência na mente das pessoas que essa foi uma tragédia ocorrida com os judeus e apenas com os judeus, de modo que, no que concerne a todos os demais, eram chamados a lamentar, a ter compaixão, talvez a se desculparam mas não muito mais que isso. Comumente foi descrita tanto por judeus quanto não judeus como propriedade (única e) coletiva dos judeus, como algo a ser deixado com ou zelosamente guardado por aqueles que escaparam de morrer fuzilados ou asfixiados nas câmaras de gás e os descendentes dos que foram fuzilados ou asfixiados. No fim, ambas as visões – a de “fora” e a de “dentro” – complementam-se. Alguns que se autoneomaram porta-vozes dos mortos chegaram ao ponto de alertar contra ladrões em conluio para roubar o Holocausto dos judeus, “cristianizá-lo” ou simplesmente dissolver seu caráter exclusivamente judeu na miséria de uma indistinta “humanidade”⁹.

E o holocausto não foi mesmo um fenômeno da história judaica, mas, sim, uma das demonstrações mais concretas da banalidade do mal – na expressão de Hannah Arendt, do que o ser humano é capaz de fazer com o outro, por vê-lo como um “inimigo”¹⁰, aquele que representa uma ameaça

9 BAUMAN, 1998, p. 10-1.

10 Günter Jakobs, penalista alemão, é autor da teoria do “Direito penal do inimigo”. Tal teoria defende a ideia de que os direitos fundamentais são destinados a todos aqueles que não são considerados “inimigos” do Estado. A estes não são garantidos os princípios de um devido processo legal, uma vez serem considerados à margem da sociedade. Argumentos semelhantes aos de Jakobs, muito antes dele, foram utilizados por Edmund Mezger,

social, especialmente, quando se abstém de pensar, sob o ponto de vista ético da responsabilidade. Deve ser tratado como um fato da história mundial, cujas raízes foram construídas ao longo do tempo, por um processo estruturado em bases tidas, naquele contexto, até mesmo científicas.

Portanto, se o judeu foi o “inimigo” central naquele momento histórico, hoje poderia ser outro, como o muçulmano ou o imigrante africano, por exemplo, que vêm afetando, em certa medida, o padrão sociocultural da Europa¹¹. Por este motivo, a necessidade de se manter viva a memória do holocausto não deve ser tratada como algo vinculado a um determinado povo apenas – o judeu, no caso, mas, sim, à própria humanidade, já que a vulnerabilidade é desta, como um todo, e não apenas de uma só de suas parcelas.

No presente artigo, abordou-se o tema da memória do holocausto, procurando demonstrar a sua importância

o penalista do nazismo, ao justificar as leis antisemitas, por entender que os judeus eram considerados “inimigos” do Estado alemão. De certa forma, estes mesmos fundamentos foram utilizados nos Julgamentos de Nuremberg iniciados em 1945, em que não foram respeitados princípios jurídico-penais básicos, tais como o da reserva legal e o do juiz e promotor naturais, caracterizando-se como autêntico “tribunal dos vencedores”. Neste, os nazistas eram os “inimigos”.

- 11 Frisa-se que não se trata da utilização da teoria do “bode expiatório”, conforme ensina Hannah Arendt, ou seja, os judeus, naquele momento, tinham relação íntima com o contexto: “A teoria que apresenta os judeus como eterno bode expiatório não significa que o bode expiatório poderia também ser qualquer outro grupo? Essa teoria defende a total inocência da vítima. Ela insinua não apenas que nenhum outro mal foi cometido mas, também, que nada foi feito pela vítima que a relacionasse com o assunto em questão. Contudo, quem tenta explicar por que um determinado bode expiatório se adapta tão bem a tal papel abandona nesse momento a teoria e envolve-se na pesquisa histórica. E então o chamado bode expiatório deixa de ser a vítima inocente a quem o mundo culpa por todos os seus pecados e através do qual deseja escapar ao castigo; torna-se um grupo entre outros grupos, todos envolvidos nos problemas do mundo. O fato de ter sido ou estar sendo vítima da injustiça e da crueldade não elimina a sua corresponsabilidade.” ARENDT, 2012, p. 28-9.

como exemplo para o futuro da humanidade. Para tanto, foi realizada uma ampla pesquisa sobre o nazismo e o antissemitismo, para demonstrar que aquela vulnerabilidade da humanidade é evidente tanto sob a ótica de vítima quanto de algoz.

Como testemunho, foram utilizadas as obras do escritor italiano Primo Levi, “É isto um homem?”, “Afogados e sobreviventes” e “A trégua”. Sobrevivente de Auschwitz, ele trata desta experiência de maneira peculiar, ressaltando o sentimento do egresso do *Lager*, o que viabiliza uma análise da questão sem ressaltar apenas o aspecto da vitimização e correr o risco da banalização. Permite uma reflexão, para além do fato histórico em si, mas, em certa medida, do homem que a vivenciou e de alguns padrões de comportamento, que se podem construir a partir dessa experiência, no decorrer da sua vida de egresso.

Por meio dos testemunhos foi possível, ainda, a responsabilização ético-jurídica dos culpados pela denominada “solução final”, por meio de julgamentos que se realizam até os dias de hoje em nome, sobretudo, da manutenção ativa e constante da memória. A visão do sobrevivente tornou-se um testemunho do mais grave dos crimes contra a humanidade¹². É a mais viva memória dos detalhes desse passado, que se pode dizer recente em termos de história, por contar

12 O holocausto, apesar de ter sido inegavelmente um “genocídio”, configurou mais que um assassinato em massa de um grupo identificado de pessoas, seja pela sua etnia, cultura, religião, ou outras formas de identidade, pois teve uma conotação mais abrangente, que melhor se enquadra na expressão “crime contra a humanidade”. Conforme Omer Bartov, Atina Grossmann e Mary Nolan, “a expressão ‘crime contra a humanidade’ foi cunhada depois da Primeira Guerra Mundial em referencia ao genocídio dos armênios promovido pelos turcos. [...] O conceito de genocídio foi inventado por Rafael Lemkin, um judeu-polonês refugiado do nazismo, durante a Segunda Guerra Mundial, mas antes que o horror de Auschwitz fosse totalmente conhecido”. BARTOV, Omer. GROSSMANN; NOLAN, 2005, p. 13.

com pouco mais de setenta anos, e a interpretação dessa memória permite reconstruí-lo e compreendê-lo, lançando mão das mais diversas leituras, desde exclusivamente históricas até profundas reflexões filosóficas sobre o homem e a humanidade.

Para se compreender a importância desse resgate como forma de se evitar o esquecimento, algumas obras, que tratam da memória histórica, foram leituras indispensáveis, para construir a visão trabalhada no texto.

Durante a escrita, o receio da mera repetição tornou-se uma preocupação constante, tendo em vista o quão abundantes são as reflexões sobre o holocausto na historiografia, correntes que vão desde a sua reconstrução até o seu revisionismo¹³. Mas, para além disso, a presente reflexão se mostra diversa de tantas outras, na medida em que estabelece uma relação entre memória e uma identidade de tolerância, hoje reconhecida pelo próprio governo alemão.

Os estudos de Hannah Arendt tiveram um destaque inevitável na pesquisa, tendo em vista as suas incomparáveis reflexões sobre o tema. Outros elementos também foram importantes para embasar uma análise mais histórico-filosófica, como as contribuições de Zigmund Bauman.

Ressalta-se que o presente artigo não é um trabalho sobre o holocausto, mas, sim, sobre a importância da sua memória, vista numa perspectiva transdisciplinar, face a sua

13 O revisionismo é uma corrente historiográfica criada pelo historiador francês Paul Rassinier, bastante questionável, uma vez que nega a ocorrência do holocausto. Rassinier foi prisioneiro dos nazistas, no campo de Buchenwald, na Alemanha, motivo pelo qual afirmava que ele era um testemunho de que não havia tido câmara de gás, já que, em tal campo, realmente não havia extermínios em massa, como nos campos poloneses. O revisionismo ganhou espaço, inclusive entre os norte-americanos, como os historiadores Harry Elmer Barnes e Francis Parker Yockey. Por negar veementemente o holocausto, o revisionismo é vinculado a movimentos neonazistas. Sobre o tema, tem-se SZKLARZ, 2014, p. 231-2.

natureza complexa e multifacetária, que envolve o aspecto humano, ético, jurídico, sociocultural, político, histórico e filosófico. A história, para ser viva e presente, necessita desse diálogo frequente com as diversas áreas do conhecimento.

2. A construção da (in)tolerância: a importância da memória para demonstrar a vulnerabilidade humana

A memória do holocausto não se construiu tão logo terminou a Segunda Guerra Mundial. Levou-se um certo período para iniciar o processo de resgate, podendo se destacar, aí, a importância dos testemunhos, na medida em que os sobreviventes passaram a ser ouvidos e o passado pode ser, de certa forma, “reconstruído”, revivido. A sociedade alemã ficou profundamente marcada por essa memória, que insiste em manter viva a lembrança das graves consequências que o holocausto deixou e a vergonha de ter patrocinado o maior dos crimes contra a humanidade da história. Entretanto, sempre pior que o desconforto da memória é a irresponsabilidade social, cultural e, portanto, humana do esquecimento.

Importante deixar claro que existe uma outra conotação para o esquecimento, que se traduz no “direito de esquecer”. No caso do holocausto, durante cerca de quase três décadas, as próprias vítimas se viram na titularidade desse direito, muitas delas permaneceram em silêncio sobre as suas experiências nos campos, o que acabou por estimular um certo esquecimento por parte do povo alemão, especialmente das gerações seguintes à guerra:

Ainda que as associações de deportados tivessem, desde o final dos anos 1940, assumido a tarefa de honrar a memória dos franceses assassinados e de manter presente no espírito da população os atos de barbárie praticados pelos nazistas e seus colaboradores,

a memória do genocídio judeu só ganhou visibilidade trinta anos depois. A memória das vítimas dos campos de concentração não contava, nesse momento, com as condições para sua expressão, com os “quadros sociais” necessários à sua evocação, para usar a formulação de Halbwachs. À exceção de alguns relatos, que atestam o desejo de testemunhar, a estratégia para “conseguir viver” foi, para a maioria, silenciar sobre o passado, perspectiva que remete à evocação do direito a esquecer¹⁴.

Todavia, a preocupação em não esquecer se deve, não somente ao resgate da memória em si, mas, à preservação da própria humanidade, no sentido de que não se pode permitir a existência de padrões de intolerância, que culminem em novos genocídios. É preciso aprender com o passado e não apenas resgatá-lo por si só. É necessário que esta memória seja mantida viva para que a lição dos crimes contra a humanidade e do desrespeito ao outro seja realmente apreendida, pois, o homem só é livre quando se pauta por um comportamento social viável em relação à sua própria existência e continuidade na Terra.

Este o verdadeiro papel do resgate da memória, ou seja, a formação de uma identidade, de uma consciência que, mesmo não unânime em face de toda uma sociedade – haja vista a utopia de tal construção, mas que seja, ao menos, absorvida e difundida por políticas de estado, numa perspectiva generalista. Afinal, é pela implementação de políticas de estado que se pode construir uma cultura de tolerância. É por meio dos mecanismos de educação, de comunicação, de formação do substrato de uma identidade coletiva, de elevação da autoestima e tantos outros, que se propagam ideias e fundamentos.

Nisto reside a maior importância da memória, haja vista que, da mesma forma que se constrói uma cultura de

14 HEYMANN, 2006.

tolerância, também pode-se construir uma de intolerância. Ao se trabalhar, de maneira vigilante, com a memória histórica, é possível evitar a repetição de erros do passado, erros construídos sob uma política de intolerância.

Como exemplo de intolerância, Erich Fromm demonstrou que o nazismo se fundamentava em dois pilares: o psicológico e o econômico e que estas premissas não poderiam se desgarrar do contexto político-social, já que se sustentavam pelas próprias estruturas de poder então vigentes:

Em nosso modo de ver, nenhuma dessas explicações que sublinham fatores políticos e econômicos excluindo os psicológicos – ou vice-versa – está certa. O nazismo é um problema psicológico, mas os próprios fatores psicológicos tem de ser interpretados como sendo moldados por fatores socioeconômicos; o nazismo é um problema econômico e político, porém o fascínio por ele exercido sobre um povo inteiro tem de ser interpretado em bases psicológicas¹⁵.

A construção da intolerância não foi tarefa executada “a toque de caixa”. Pelo contrário. A difusão dos contornos da política nazifascista foi eficiente, conseguindo alcançar grande parte de uma população atingida pela baixa autoestima, que se tornou o povo alemão após a Primeira Guerra Mundial, sobretudo em face das imposições sofríveis do Tratado de Versalhes. O testemunho de Harold Nicolson, diplomata inglês que participou ativamente da Conferência de Paz de 1919, em Paris, reconhece que lá chegaram para negociarem “uma paz de justiça e sabedoria”, mas que uma “hipocrisia foi o predominante e inescapável resultado”¹⁶. Para ele, a falsidade imperada na Conferência foi a “causa de todo o fracasso, da rápida deterioração do alerta moral”, espelhado nas medidas impostas à Alemanha, em especial

15 FROMM, 1980, p. 167.

16 NICOLSON, 2014, p. 125.

pelo denominado “wilsonismo”, advindo da personalidade e poder do então Presidente dos EUA, Woodrow Wilson¹⁷.

Aliado aos contornos do Tratado de Versalhes, o antisemitismo, que não nasceu com o nazismo e nem tampouco das ideias de Adolf Hitler, já era um sentimento latente em grande parte da Europa, uma vez ter íntima ligação com os movimentos radicais nacionalistas e de intolerância em relação a determinados povos, tidos como estranhos no contexto do estado em que viviam, dando mostras efetivas de contornos imperialistas.

Todo esse substrato político-ideológico contribuiu para o surgimento de doutrinas totalitárias¹⁸, pautadas na superioridade racial e no nacionalismo radical¹⁹, que difun-

17 Aliás, na esteira da constatação de que o passado é responsável pelo presente e pelo próprio futuro, Eric Hobsbawm conclui que problemas étnicos frequentes muito mais à frente do pós Primeira Guerra Mundial foram construídos justamente pelas mal traçadas linhas do Tratado de Versalhes: “O presidente Wilson, dos EUA, cujas opiniões eram tidas como expressando a da potência sem a qual a guerra teria sido perdida, estava empenhado a fundo nessa crença” (a da *autodeterminação*), que era (e é) defendida com mais facilidade por quem está distante das realidades étnicas e linguísticas das regiões que seriam divididas em *Estados-nação*. HOBBSAWM, 1995, p. 39. Conforme Dick Geary, o “Tratado de Versalhes não concedeu ao povo alemão o mesmo direito de autodeterminação que foi estendido aos poloneses e aos tchecos. [...] Desnecessário dizer que o Tratado de Versalhes alimentou a propaganda nacionalista.” GEARY, 2010, p. 25. Também sobre a posição de Woodrow Wilson e o Tratado de Versalhes, tem-se MAGOLI; BARBOSA, 2011, p. 253.

18 Eric Hobsbawm identifica que “as condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20.” HOBBSAWM, 1995, p. 130.

19 Apesar da historiografia tradicional relacionar “nacionalismo” com “antisemitismo”, é importante ressaltar a posição de Hannah Arendt, ao destacar que o “antisemitismo moderno crescia enquanto declinava

diam ideias de estigma de povos que não eram, por razões nacionais e raciais, vinculados a um determinado estado, tais como os judeus em vários países da Europa.

Viena, desde o início do século XX, já apresentava um perfil antissemita²⁰, apesar de um grande número de judeus habitar o seu território. Adolf Hitler, durante sua juventude, vivia neste contexto de difusão de uma cultura antissemita. Hannah Arendt, em suas lúcidas reflexões sobre a humanidade, a traduz sem maquiagens, na medida em que resume a condição humana simplesmente a tudo o que o homem entra em contato, que o torna inexoravelmente vinculado, como condição de sua própria existência:

O que quer que toque a vida humana ou mantenha uma duradoura relação com ela assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. Por isso os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. Tudo o que adentra o mundo humano por si só próprio, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana. O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante. A objetividade do mundo – seu caráter-de-objeto [*object-character*] ou seu caráter-de-coisa [*thing-character*] – e a condição humana complementa-se uma à outra;

o nacionalismo tradicional, tendo atingido o seu climax no momento em que o sistema europeu de Estados-nações, com seu precário equilíbrio de poder, entraram em colapso. Os nazistas não eram meros nacionalistas. Sua propaganda nacionalista era dirigida aos simpatizantes e não aos membros convictos do partido. Ao contrario, este jamais se permitiu perder de vista o alvo politico supranacional. O ‘nacionalismo’ nazista assemelhava-se à propaganda nacionalista da União Soviética, que também é usada apenas como repasto aos preconceitos de massas.” ARENDT, 2012, p. 26.

- 20 Conforme Hannah Arendt, “o antissemitismo austríaco tornou-se violento não sob o reinado de Metternich e Francisco José, mas na República austríaca após 1918, quando era perfeitamente óbvio que quase nenhum outro grupo havia sofrido tanta perda de influência e prestígio em consequência do desmembramento da monarquia dos Habsburgos quanto os judeus”. ARENDT, 2015, p. 27.

por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem coisas, e estas seriam um amontoado de artigos desconectados, um não-mundo, se não fossem os condicionantes da existência humana²¹.

Não foi à toa, portanto, que Paul Joseph Goebbels, Ministro do Povo e da Propaganda de Adolf Hitler, conseguiu despertar um sentimento de elevação da autoestima na Alemanha, enaltecendo que esta somente seria livre se o Estado fosse forte e sua população pura, sob o ponto de vista étnico, responsabilizando os judeus – mas, não só eles – por grande parte do infortúnio experimentado pela nação germânica, especialmente naquele pós Primeira Guerra Mundial²².

Muitos foram os arquétipos utilizados pela propaganda nazista, uma das mais eficientes da história, no que concerne à propagação das ideias antisemitas e da criação do mito do “super-homem” ariano, pautadas por ideais de uma pureza racial, construídos ao longo da história, que, em certa medida, incutiam no coração das pessoas um profundo sentimento de alta estima e de pertencimento. A própria “Canção dos alemães”, *Das Lied der Deutschen*, escrita em 1841 por August Heinrich Hoffmann von Fallersleben, que, em 1922 se tornou o hino nacional da Alemanha, apresenta, na sua primeira estrofe, uma autêntica exaltação da superioridade germânica: “Alemanha, Alemanha, acima de tudo, acima de tudo no mundo. Quando sempre, na defesa e proteção, se mostra unida como irmãos. Do *Maas* ao *Memel*. Do *Etsch* ao

21 ARENDT, 2014, p. 11.

22 O próprio Goebbels, embora bem distante do ideal ariano de raça pura, já que era de estatura baixa, moreno e mancava, possuía verdadeira fixação com a pessoa do *Führer*, a ponto de, após a queda do nazismo, juntamente com sua esposa Martha, terem matado seus seis filhos e se suicidado, por acreditarem ser impossível uma Alemanha sem o Nacional Socialismo. Isso demonstra como as ideias, que ele próprio propagava, lhe eram caras e efetivamente reais.

Belt. Alemanha, Alemanha, acima de tudo, acima de tudo no mundo”²³.

Além disso, o uso da cruz suástica em banners, bandeiras, uniformes, material impresso, enfim, em praticamente tudo o que se divulgava tendo, como titularidade, o Partido Nazista, a supervalorização da mulher alemã, como aquela responsável pela criação do protótipo do cidadão ariano, a mãe de família e esposa exemplares²⁴, a águia, identificada como a superioridade germânica, a saudação nazista *Heil Hitler*, os magníficos uniformes dos membros do Partido Nazista e da *Wehrmacht* – o exército alemão, criados pelo estilista Hugo Boss, as suntuosas edificações, como a que hoje abriga o *Dokumentationszentrum Reichsparteitagsgelände* – Centro de Documentação do Partido Nazista, em Nuremberg²⁵, foram *símbolos bem explorados pela cineasta alemã, Leni Riefenstahl*, no documentário “O triunfo da vontade”,

23 No original: “*Deutschland, Deutschland über alles, Über alles in der Welt, Wenn es stets zu Schutz und Trutze Brüderlich zusammenhält, Von der Maas bis an die Memel, Von der Etsch bis an den Belt. Deutschland, Deutschland über alles, Über alles in der Welt.*” Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/hinos/hinoda-alemanha-original-das-lied-der-deutschen.html>. Acesso em: 21 jun. 2015.

24 A exaltação da importância da mulher alemã já era vista no próprio hino nacional, *Deutsche Frauen, deutsche Treue* (“Mulheres alemãs, felicidade alemã.”). Johanna Maria Magdalena “Magda” Goebbels, esposa do Ministro da Propaganda do Terceiro Reich, Paul Joseph Goebbels, era o exemplo da mulher ariana, símbolo do orgulho nazista: possuía seis filhos do seu segundo marido, Paul Goebbels, todos loiros, típicos arianos, cujos nomes iniciavam com a letra “H”, em homenagem a Adolph Hitler. Residiam todos no *Führerbunker*. Possuía mais um filho, Harald Quandt, com o seu primeiro marido, Günther Quandt, proprietário da empresa automobilística alemã BMW. Harald Quandt foi o único a sobreviver do homicídio dos irmãos e do suicídio da mãe e do padrasto, uma vez que, por ser mais velho que os irmãos, já estava servindo a *Luftwaffe* e, por isto, não se encontrava no *Führerbunker* quando da tragédia familiar. Após a guerra tornou-se um dos herdeiros da BMW.

25 Onde, na avenida, eram realizados os desfiles da *Wehrmacht* e os inflamados discursos do *Führer*, à frente de uma multidão de alemães, que o saudavam com bandeiras nas cores vermelha, branca e preta.

de 1934, que, ao abordar o contexto da Alemanha quando do Sexto Congresso de Nuremberg, tornou-se uma das mais impressionantes demonstrações do poder e da violência da propaganda nazista naquele momento.

Outro nítida evidência do forte poder²⁶ do sistema foi a substancial injeção de ânimo na economia, fazendo com que a elite conservadora e capitalista se aliasse ao III Reich e participasse, de forma ativa, do substrato político-econômico do governo de Adolf Hitler²⁷. Aliás, conforme Richard Bessel, o governo implementado a partir de 1933 era considerado “naziconservador” e transformou a Alemanha rapidamente em uma ditadura nazifascista, exatamente porque conseguiu “colaborar com a elite política conservadora tradicional, que, de fato, entregou a Hitler as chaves da Chancelaria do Reich”²⁸.

Os métodos demagógicos de controle da educação e dos meios de comunicação tornaram a manipulação das massas um elemento essencial para a espetacular propagação das ideias do Nacional Socialismo, não só entre os alemães,

26 Apesar de Hannah Arendt entender que poder e violência não são sinônimos, no nazismo, eles andaram de “mãos dadas”, haja vista que o poder foi exercido com extrema violência, mesmo que não apenas física, mas, sobretudo, psicológica. Pillar Calveira, trabalhando sobre a memória dos campos de concentração na Argentina, durante o período da ditadura, trata dessa íntima relação, ao destacar os mecanismos e as técnicas de repressão – elas “revelam a própria índole do poder [...]. Sempre o poder mostra e esconde, e se revela tanto no que exhibe quanto no que oculta”. CALVEIRA, 2013, p. 38

27 As indústrias automobilísticas, como a Volkswagen, Mercedes-Benz e BMW (esta também na construção de aviões e motocicletas) ganharam grande apoio governamental. O veículo Volkswagen, inclusive, foi criado a partir de um projeto capitaneado, em 1934, por Adolf Hitler. Além do setor automobilístico, várias outras empresas foram colaboradores do regime, tais como a Krupp, a Siemens, a IBM, a Bayer, dentre muitas outras.

28 BESSEL, 2014, p. 47.

mas em vários países europeus²⁹ e, até mesmo, fora da Europa, como na América Latina. Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Colômbia, Guatemala e El Salvador simplesmente fecharam suas portas para a imigração judaica³⁰. Diante das restrições que a população judaica passou a enfrentar a partir das políticas nazifascistas, a fuga era uma das opções mais sensatas naquele momento. Todavia, o acolhimento dos imigrantes tornou-se mais um difícil desafio a vencer.

Pela ideia de processo, isso não poderia ser diferente, haja vista a tendência quase que natural, pela qual percorriam a Alemanha e as influências totalitárias do seu regime pelo território europeu. Muitos países já tinham conhecimento do que estava sendo imposto aos judeus pelo regime nazista, desde a sua implementação em 1933, mas, não tomaram medidas para coibir tal avanço, não por respeito a

29 Marshall Bernan elucida: “Inúmeros demagogos e movimentos demagógicos conquistaram o poder e a adoração das massas ao tirar dos ombros do povo o fardo da liberdade. [...] Os regimes fascistas do período 1922-45 podem vir a ser considerados apenas um primeiro capítulo na história ainda em andamento do autoritarismo radical. Muitos movimentos desse tipo, na verdade, valorizam a tecnologia, as comunicações e as técnicas de mobilização de massa do mundo moderno, e as utilizam com o fim de esmagar as liberdades modernas. Alguns desses movimentos foram defendidos com ardor por grandes modernistas: Ezra Pound, Heidegger, Céline. Os paradoxos e perigos envolvidos nessa questão são terríveis e profundos. BERMAN, 2010, p.18.

30 Interessante a colocação de Roberto Lopes, ao destacar que tais países não receberam as orientações nazifascistas “goela abaixo”, dos seus representantes na Europa, no final da década de 1930: “É preciso que o historiador compreenda tais realidades como próprias de uma era, ou de uma época, no passado. A evolução do mundo gera preconceitos, que desaparecem com o correr do tempo, para ressurgir mais adiante, apontando como heróis aqueles que, um dia, foram considerados vilões. [...] é fácil emitir julgamentos acerca do comportamento de um ou outro diplomata, 60 ou 70 anos depois dos fatos que eles protagonizaram. Difícil é desafiar os hábitos e costumes da época em que vivemos, colocando-nos, verdadeiramente, à frente de nosso tempo.” LOPES, 2012, p. 17.

Adolf Hitler, mas, por interesses internacionais em mantê-lo em suas relações.

Na França, por exemplo, aliou-se aos nazistas na Segunda Guerra Mundial, contando com o colaboracionismo do governo de Vichy. Enquanto Paris continuava a brilhar com suas luzes da cidade eterna, a bandeira da suástica foi erguida no alto da Torre Eiffel e uma série de medidas adotadas conjuntamente pelos governos alemão e francês permitiram, a partir de outubro de 1940, a “espoliação” ou “ariedade econômica”, consistente no confisco de todos os bens dos judeus para serem administrados por “administradores provisórios”. Além disso, a polícia francesa, em apenas dois dias, 16 e 17 de julho de 1942, prendeu 12.884 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, levando os solteiros e casais sem filhos para Drancy³¹ e as famílias ao Velódromo de Inverno³².

Hélène Berr, uma jovem francesa, nascida em Paris em 27 de março de 1921 e morta aos 24 anos de tifo e maus tratos, depois de uma longa marcha de Auschwitz a Bergen Belsen em abril de 1945, pouco antes da libertação do campo pelos ingleses, é um testemunho da ocupação nazista em Paris. Desde 1942, escrevia um Diário, que dedicou a seu noivo, Jean Morawiecki, hoje com mais de noventa anos. Nas páginas introdutórias da publicação da obra, sua sobrinha,

31 Campo de deportação nazista, situado nos arredores de Paris, chegou a receber mais de 61.000 judeus antes que fossem enviados para Auschwitz e os demais campos de concentração. Até 01 de julho de 1943, foi administrado pelos próprios franceses. BUTLER, 2008, p. 186.

32 Conforme dados do tradutor contidos nas notas de rodapé da obra “O diário de Hélène Berr”, Bernardo Ajzenberg, muitos eram os simpatizantes do governo de Vichy e favoráveis a sua colaboração com o governo alemão. Como exemplo, tem-se os atentados, ocorridos em Paris em outubro de 1941, a várias sinagogas pelos doriotistas, partidários de Jacques Doriot, extremista a favor da colaboração. BERR, 2008, p. 36/120.

Mariette Job, a descreve ao mesmo tempo em que destaca a importância de seu testemunho:

Em meio àquela época infernal, àquela crueldade insustentável dos fatos, permanece, para sempre, a presença forte e luminosa de Hélène. Que este diário, um ato de sobrevivência, possa se propagar infinitamente e alimentar a memória de todos aqueles cujas palavras foram apagadas³³.

Em seu cotidiano em Paris, Hélène Berr revela a relação entre o governo francês de Vichy e o regime de Adolf Hitler, deixando que as leis alemãs antisemitas fossem impostas no País com tímida objeção ou resistência de seus governantes:

Na *place de la Concorde*, cruzei com tantos alemães!, estavam com suas mulheres, e apesar de toda a minha vontade de ser imparcial, apesar do meu ideal (que é real e profundo), fui assaltada por uma onda não de ódio, pois não sei o que é o ódio, mas de revolta, de repulsa, de desprezo. Esses homens, sem nem mesmo saber, roubaram da Europa toda a alegria de viver. Combinavam tão pouco com aquela beleza luminosa de Paris³⁴.

Paradoxalmente, muitos franceses tiveram sua capacidade de defesa da liberdade obscurecida pelo medo de reconhecer o mal que estavam permitindo que fosse imposto a própria liberdade, não raro na história da humanidade. O reconhecimento do mal depende, não só da pressão que ele exerce sobre o homem, mas também da capacidade psicológica de resistir a tal pressão, ou seja, na capacidade de ser livre. Tais fatores foram muito bem utilizados pelo nazismo. Na conclusão de Erich Fromm, esse foi o aspecto psicológico do nazismo, identificando nele dois pontos essenciais: “a estrutura do caráter das pessoas a quem ele atraiu e as características psicológicas da ideologia que o

33 JOB, Mariette. Em “Uma vida confiscada”, prefácio da obra de Hélène Berr. BERR, 2008, p. 23.

34 BERR, 2008, p. 220-1.

transformou em instrumento tão eficaz com relação àquelas mesmas pessoas”³⁵.

Como Héléne Berr confessa nas suas últimas recordações, entre tantas a que se refere ao mal, “esse sentimento da pequenez da vida nunca desaparecerá, e mesmo do mal que existe no homem, da força enorme que o princípio do mal pode adquirir quando é despertado”³⁶.

Hannah Arendt acompanhou, em 1961, o julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém, após o seu espetacular sequestro, na Argentina, pelos agentes do *Mossad*, Serviço Secreto Israelense. A sua conclusão, que tanto chocou os norte-americanos, especialmente a comunidade acadêmica – inclusive o seu grande amigo Hans Jonas, foi que o mal daquele nazista não se revestia na figura de um “monstro” ou algo inusitado pela sua intensidade. Na realidade, era um mal comum – e, aí, retorna-se à questão da vulnerabilidade da humanidade, explicitada, de maneira muito visível, pelo holocausto, não apenas pela noção de vítima, mas, sim, por uma via de mão dupla. Ele é uma prova de que a própria humanidade também pode se tornar algoz, pela constatação de que o mal não exige nenhuma anomalia, bastando, para aflorar, a mera condição de ser um *ser humano*, que, por diversos mecanismos, simplesmente se abstém de pensar.

Foi o que ocorreu com boa parte dos alemães e com todos aqueles que se sucumbiram à sedução do totalitarismo³⁷, que perpassa por uma necessidade frequente de

35 FROMM, 1980, p. 167.

36 BERR, 2008, p. 289.

37 “Em meus estudos do totalitarismo, tentei mostrar que o fenômeno totalitário, com seus berrantes traços anti-utilitários e seu estranho menosprezo pela fatalidade, se baseia, em última análise, na convicção de que tudo é possível, e não apenas permitido, moralmente ou de outra forma, como com o nihilismo primitivo. Os sistemas totalitários tendem a demonstrar que a ação pode ser baseada sobre qualquer hipótese e que, no curso da ação coerentemente

ordem, segurança e autoestima, típicas de uma sociedade fragilizada, como a germânica naquele contexto. Qualquer ação, minimamente coerente com as necessidades da massa, tornam-se legítimas, sem grandes questionamentos, mesmo que essa ação seja protagonizada pelo mal.

Mas, afinal, será tão difícil discernir o bem do mal? Por certo! Este é o problema mais antigo e não resolvido da história da humanidade. Há vinte e cinco milhões de anos atrás:

[...] nossos ancestrais desceram moralmente (da árvore) quando despertaram para a percepção consciente. O aparecimento da ética na biosfera deu-se ao mesmo tempo em que o da percepção consciente. Juntas, consciência e ética, constituem uma forma de existência – a forma espiritual – que não encontrava reproduzida na biosfera anteriormente³⁸.

Não é à toa que Hannah Arendt, na visão crítica daquele julgamento, pode criar uma imagem do nazista como aquela despertada em grande parte da população alemã: “Bastava a Eichmann lembrar o seu passado para se sentir seguro de não estar mentindo e de não estar se enganando, pois ele e o mundo em que viveu marcharam um dia em perfeita harmonia”³⁹.

guiada, a hipótese particular se tornará verdadeira, se tornará realidade fatural e concreta. A hipótese que subjaz à ação coerente pode ser tão louca quanto se queira; ela sempre terminará por produzir fatos que são então ‘objetivamente’ verdadeiros.” ARENDT, 2013, p. 123-4.

38 TOYNBEE, 1979, p. 41.

39 ARENDT, 1999, p. 65.

3. Testemunhos de Auschwitz e reflexões sobre a liberdade

Na Segunda Guerra Mundial, estima-se que cerca de seis milhões de judeus foram mortos, especialmente em campos de concentração e extermínio, destacando-se Auschwitz, que foi considerado o pior de todos os *Lager*, contendo quatro câmaras de gás e cujos fornos crematórios tinham uma capacidade de extermínio muito mais expressiva que os demais. Mas, apesar de tão estudado e pesquisado, o holocausto, para os sobreviventes, foi, durante muito tempo, um tabu, conforme conclui Michael Pollak:

Poucos períodos históricos foram tão estudados como o nazismo, incluindo-se aí sua política anti-semita e a exterminação dos judeus. Entretanto, a despeito da abundante literatura e do lugar concedido a esse período nos meios de comunicação, frequentemente ele permanece um tabu nas histórias individuais na Alemanha e na Áustria, nas conversas familiares e, mais ainda, nas biografias dos personagens públicos. Assim como as razões de um tal silêncio são compreensíveis no caso de antigos nazistas ou dos milhões de simpatizantes do regime, elas são difíceis de deslindar no caso das vítimas⁴⁰.(sic)

Pollak chegou à conclusão de que muitos dos sobreviventes entrevistados, tanto por aspectos políticos quanto para pouparem seus filhos⁴¹ dos detalhes de suas tragédias,

40 POLLAK, 1989, p. 3-15.

41 Conforme Luciana Quillet Heymann, “a partir dos anos 1970 e da ação de uma segunda geração, pouco presente até então nos debates sobre as seqüelas da guerra e mobilizada por um ideal de ‘rejudaização’ da comunidade judaica francesa, a memória do holocausto será foco de uma série de ações que resultarão em mudanças na maneira pela qual a sociedade como um todo percebe a sorte dos judeus. Segundo Olivier Laliou, com a criação da Associação dos filhos e filhas dos deportados judeus da França, em 1979, Serge Klarsfeld, historiador e advogado cujo pai havia sido assassinado em uma câmara de gás em Auschwitz, em 1944, consegue reunir uma

apenas quando estavam na iminência de desaparecerem, é que resolveram contribuir para o não esquecimento e resolveram dar o seu testemunho, o que contribuiu, não só para o resgate da memória em si, mas, também, para fundamentar as possíveis condenações nos denominados “juízos de Auschwitz”. Conforme Martin Kitchen:

Graças a Fritz Bauer, o corajoso e firme promotor público chefe do estado de Hesse, teve início o julgamento dos acusados de crimes cometidos em Auschwitz. Depois de quatro anos de preparações, durante os quais foram tomadas declarações de 1.300 testemunhas, o “juízo de Auschwitz” começou em Frankfurt em dezembro de 1963 e durou vinte meses. Seis dos acusados receberam a sentença de prisão perpétua, onze foram condenados a reclusão de três a quatorze anos, e três foram absolvidos. Várias pessoas acharam que as sentenças foram muito brandas, o que desencadeou um tempestuoso debate a respeito do que o julgamento deveria alcançar; no entanto ele funcionou como um lembrete chocante dos crimes aterradores da era nazista, cujas lembranças tinham sido suprimidas⁴².

Apesar da memória ser seletiva e de nem tudo ficar gravado⁴³, no caso de Auschwitz, um momento ficou, sem dúvida alguma, bem registrado na memória dos sobreviventes: o da libertação.

geração que as associações de deportados nunca havia conseguido integrar de forma massiva. Klarsfeld foi, sem dúvida, um agente fundamental da transformação aqui referida, atraindo a atenção da mídia para suas ações, cuja dimensão espetacular não prescindia da divulgação de sólidos dossiês de acusação embasados em material de arquivo. Um marco importante da ação de seu grupo foi a publicação da obra Memorial da Deportação dos Judeus da França, em 1978, na qual figuram os nomes, prenomes, locais e datas de nascimento de todos os deportados que saíram do país em comboios, o que tornou visível, pela primeira vez, o extermínio de famílias inteiras que, a partir de então, saem da sombra dos números e têm restituídos seus nomes.” (sic) HEYMANN, 2006.

42 KITCHEN, 2013, p. 513.

43 POLLAK, 1992, p. 200-12.

A libertação dos sobreviventes dos campos de concentração, em especial de Auschwitz, deveria gerar nos sobreviventes, mesmo alquebrados, alívio, felicidade e prazer. Afinal, tinham sobrevivido, quase que por milagre, a ao maior atentado contra a humanidade. Todavia, não foi essa a sensação de milhares de sobreviventes, como será analisado a partir do testemunho de Primo Levi.

O papel dos testemunhos da guerra foi fundamental para demonstrar, não só os fatos históricos em si, mas, sobretudo, a impressão dos sobreviventes em relação a eles, bem como a prova viva de que os responsáveis deveriam e poderiam ser julgados. A sobrevivência, naquele momento, não representava uma seleção natural, mas, sim, uma missão. A missão de comprovar o quão importante é, para a humanidade, o direito à liberdade⁴⁴, mas, também, como esse direito pode ser vulnerável em face do mal ou da indiferença da própria humanidade em relação a este mal.

3.1 Primo Levi e o paradoxo da libertação

Ao contrário do alívio e da redenção, o que acabou prevalecendo em muitos sobreviventes foi um profundo sentimento de vergonha, de culpa, de verdadeiro trauma. Vergonha por ter sobrevivido, vergonha por ter sido escolhido e libertado, vergonha pelo privilégio recebido em detrimento de tantos outros, vergonha por não compreender a razão de sua sobrevivência. Vergonha por perceber, na leitura das palavras de Primo Levi, que os bons se foram,

44 São inúmeras as concepções e sentidos que a expressão *liberdade* desperta. Mas, em virtude desta complexa vastidão, importantíssima para a sua garantia e aplicabilidade, é que a liberdade, seja qual for a natureza concedida à expressão, valor, direito fundamental ou necessidade humana, suscita emblemáticos paradoxos, “liberdade é um nome maravilhoso. É por isso que você está tão ansioso para fazer uso dele”. ALEXY, 2008, p. 218

sobrando apenas aqueles que não dividiram seu pão, sua água, seu cobertor, suas cascas de batata...

Como traduz Giorgio Agamben, “o encontro que sanciona a definitiva liberdade do pesadelo não ocorre, porém, sob o signo da alegria, mas, curiosamente, sob o da vergonha”. A sentença, que marcou cada sobrevivente, cada farrapo que alcançou, enfim, a liberdade e a vida, revelada nas palavras de Elie Wiesel, é fundamentada na autocondenação e não no alívio: “vivo, logo sou culpado”, pois “um amigo morreu em meu lugar”⁴⁵.

Ana Carolina Cernicchiaro retrata como, na realidade, a vergonha de Auschwitz se repete, não restando adormecida com a simples libertação do *lager*:

Uma vez que a exclusão é uma estrutura fundamental da nossa cultura e que Auschwitz e suas vítimas se repetem eternamente, essa vergonha continua assombrando sobreviventes. Para eles, as palavras fracassam, é claro, pois a verdadeira testemunha é aquela que não pode prestar testemunho, já que não há palavras para dizer o insuportável. Mas é por isso mesmo, porque faltam, que a palavra poética, uma vez que se situa sempre em posição de resto, pode testemunhar, pode falar.

Por trás da banalização da miséria, da anestesia com que olhamos a morte nos olhos dos excluídos, do limiar de inumanidade que vemos nesses seres invisíveis, nesses *homines sacri*, nessas mortes que nunca foram vidas, esconde-se uma responsabilidade, uma culpa, uma vergonha; repousa, nas palavras de Primo Levi, a sombra de uma suspeita, a suposição de que todos sejamos “o Caim de seu irmão e cada um de nós (mas desta vez digo ‘nós’ num sentido muito amplo, ou melhor, universal) tenha defraudado seu próximo vivendo no lugar dele”⁴⁶.

45 AGAMBEN, 2008, p. 95.

46 CERNICCHIARO, 2008, p. 28-35.

A vergonha experimentada por alguns sobreviventes é proporcional às experiências traumáticas vivenciadas, que, mesmo em face de tantos relatos de horror, jamais seria possível descrever todas as manifestações do mal, farta é a criatividade humana em colocá-lo em prática.

A constante necessidade do homem em submeter o seu semelhante a situações extremas foi bastante explorada no nazismo, haja vista que, mesmo diante de outros prisioneiros, o cerne da questão era o desaparecimento dos judeus. Assim, sobreviver à intolerância, ao abandono, à indignidade, às seleções, ao trabalho impiedoso, às doenças, aos gritos, enfim, à destruição de toda uma população representou para o sobrevivente muito mais que uma vitória, mas uma dúvida cruel e inexorável: por que eu sobrevivi?

B. Bettelheim, também um sobrevivente do *Lager*, descreve este sentimento como algo conflitante, mas natural diante das circunstâncias:

[...] o problema real, de que o sobrevivente com um ser pensante sabe bem que não é culpado, como eu, por exemplo, sei sobre mim, mesmo, mas isto não altera o fato de que a humanidade dessa pessoa, como um ser que sente, exige que ele se *sinta* culpado, e ele se sente. Esse é o aspecto significativo da sobrevivência.

Não se pode sobreviver ao campo de concentração sem o sentimento de culpa por termos tido tão incrível sorte quando milhões pereceram, muitos deles na frente de nossos olhos (...). Mas nos campos a pessoa era forçada, dia após dia, durante anos, a assistir a destruição de outros, sentindo – como qualquer julgamento – que deveria ter intervindo, sentindo-se culpada por não tê-lo feito e, acima de tudo, sentindo-se culpada por ter frequentemente ficado feliz por não ter sido ela a morrer, uma vez que sabia que não se tinha o direito de esperar ser o único poupado.⁴⁷

47 Citado Giorgio Agamben. AGAMBEN, 2008, p. 94-95.

Michael Pollak explicita que muitas vítimas tinham, “oculto no fundo de si mesmas”⁴⁸, um sentimento de culpa. Parece certo que aquele que sobreviveu não o foi porque era inocente, pois não estava em discussão a sua inocência ou não. Mas, também não é possível determinar o sentimento do outro, sobretudo do outro que vivenciou e sobreviveu à solução final, posto ser algo tão peculiar e extremo que foge a qualquer possibilidade de definição.

Em “É isto um homem?”, obra em que Primo Levi⁴⁹ descreve sua estada em Auschwitz desde a sua deportação da Itália, descortina-se a imagem concreta da liberdade no dia 24 de janeiro de 1945, dia da libertação: “Pensando bem, isso significava nada mais de alemães, de seleções, de trabalho, de pancadas, de chamadas – e, talvez, mais tarde, o retorno”⁵⁰.

A vergonha foi identificada por muitos sobreviventes, mas pode não ser um sentimento padrão. Depende da forma como recebeu o egresso a sorte da sobrevivência. “Não é culpa minha se eu vivo e respiro, e como e bebo e durmo e tenho vestidos”⁵¹, revela a face que não abandona muitos daqueles que tiveram a sorte de não terem sido alcançados pela morte. Seria puramente sorte, o acaso da sobrevivência?

A face da eterna vergonha perseguiu inúmeros egressos até mesmo pela exaltação momentânea, embora mais que merecida, gerada pela sobrevivência, pela libertação:

48 POLLAK, 1989, p. 3-15.

49 Primo Levi foi um escritor e químico italiano, cujo testemunho sobre o holocausto se tornou um dos mais célebres da história, pois, foi um dos prisioneiros do complexo Auschwitz-Birkenau. Morto em 1987, deixou uma das mais importantes obras sobre o tema, tais como “É isto um homem?”, “Afogados e sobreviventes” e a “Trégua”. Quando da sua morte, uma queda da escada, cogitou-se de suicídio, uma demonstração de que não teria superado o trauma vivenciado no *Lager*.

50 LEVI, 1988, p. 170.

51 Citado Giorgio Agamben. AGAMBEN, 2008, p. 96.

Assim, a hora da liberdade soou grave e acachapante, e inundou, a um só tempo, as nossas almas de felicidade e doloroso sentimento de pudor, razão pela qual quiséramos lavar nossas consciências e nossas memórias da sujeira que as habitava; e de sofrimento, pois sentíamos que isso já não podia acontecer, e que nada mais poderia acontecer de tão puro e bom para apagar o nosso passado, e que os sinais da ofensa permaneceriam em nós para sempre, nas recordações de quem a tudo assistiu, e nos lugares onde ocorreu, e nas histórias que iríamos contar. [...]

Tais coisas, mas diferenciadas então, e percebidas pela maioria somente como uma repentina onda de fadiga mortal, acompanharam a nossa alegria pela libertação. Por isso, poucos dentre nós correram ao encontro dos salvadores, poucos caíram em oração⁵².

Muitos suicidaram após o esvaziamento dos campos, mesmo diante do incrível acaso da sobrevivência. Outros, entretanto, conseguiram refazer suas vidas, cientes de serem testemunhas vivas da história do mal, indispensáveis, portanto, na revelação dos bastidores da Segunda Guerra Mundial, missão a que Primo Levi mostrou estar bem consciente e presente, “porque, e este é o tremendo privilégio de nossa geração e do meu povo, ninguém pôde mais do que nós acolher a natureza insanável da ofensa, que se espalha como um contágio. É absurdo pensar que a justiça humana possa extingui-la”⁵³.

52 LEVI, 2010, p. 10-1.

53 LEVI, 2010, p.11. Primo Levi mostra uma intensa e sofrível relação entre a libertação e a culpa: “o amigo religioso me havia dito que eu sobreviveria a fim de dar testemunho. Eu dei da melhor forma que pude, e não teria podido deixar de dá-lo; e, ainda o faço sempre que se me apresenta a ocasião; mas a idéia de que o privilégio de sobreviver aos outros e de viver por muitos anos sem problemas tenha propiciado este meu testemunho, esta idéia me inquieta, porque não vejo proporção entre o privilégio e o

Em “A Trégua”, escrito cerca de vinte anos após a libertação, apesar de revelar o medo da liberdade, destaca-se um Primo Levi bem mais sereno, embora memória viva. Durante os meses que antecederam a sua chegada em casa, várias foram as dificuldades enfrentadas, várias foram os eventos estarrecedores – “A liberdade, a improvável, impossível liberdade tão distante de Auschwitz, que apenas nos sonhos ousávamos imaginar, chegara: mas sob a forma de uma impiedosa planície deserta.”⁵⁴, mas não há uma evidência clara de que a culpa experimentada pela sobrevivência tenha gerado nele um sentimento de autodestruição, além do trauma, inegável cicatriz:

E, de repente, sei o que isso significa, e sei também que sempre soube disso: estou de novo no *Lager*, e nada era verdadeiro fora do *Lager*. De resto, eram férias breves, o engano dos sentidos, um sonho: a família, a natureza em flor, a casa. Agora esse sonho interno, o sonho de paz, terminou, e no sonho externo, que prossegue gélido, ouço ressoar uma voz, bastante conhecida; uma única palavra, não imperiosa, aliás breve e obediente. É o comando do amanhecer em Auschwitz, uma palavra estrangeira, temida e esperada: levantem, “Wstavach”⁵⁵.

Pilar Calveiro, tratando de outro contexto – os campos de concentração na Argentina no período da ditadura, resalta a existência de um certo padrão, persistente na figura do sobrevivente, que, muitas vezes, se confunde entre o herói e o traidor: “mais que um herói, o sujeito que consegue escapar é um suspeito. Foi contaminado pelo contato com o Outro, e sua sobrevivência causa desconcerto. [...] Transita numa vaga zona de incredulidade”⁵⁶.

resultado (*sic*).” LEVI, 2004, p. 71,

54 LEVI, 2010, p. 35.

55 LEVI, 2010, p. 213.

56 CALVEIRA, 2013, p. 121.

Para muitos, o trauma⁵⁷, como a tatuagem nos braços, jamais os deixará. É a prova de que nem sempre a libertação será um sinônimo de liberdade, pois o homem liberto não é necessariamente um homem livre.

4. Considerações finais: uma identidade a partir de Auschwitz

O holocausto não foi, de forma alguma, o primeiro e nem o último atentando contra a humanidade. Muitas foram as infelizes oportunidades em que povos tiveram seus direitos como seres humanos destruídos e violados.

A escravidão, por exemplo, tenha ela ocorrido em qualquer parte do mundo e da História, revela um flagelo vergonhoso e terrível⁵⁸. A destruição dos povos indígenas nas

57 Apesar do trauma, a lembrança, sob a forma do testemunho, é imprescindível para a concretização da memória. É o que Paul Ricoeur evidencia na relação entre *trabalho de luto* e *trabalho da lembrança*: “o trabalho de luto é o custo o trabalho da lembrança; mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho do luto”. RICOEUR, 2007, p. 86.

58 No Brasil, por exemplo, não existe uma verdadeira cultura de preservação da memória histórica e grande parte da sociedade ainda não aprendeu a lidar com o pouco resgate desse passado. A existência de espaços de convivência e lazer denominados “senzala” ou “pelourinho” são a demonstração clara de que a maioria da sociedade ainda não reconhece tais locais como aqueles que representaram, para o escravo, a violência, a tortura e a violação de direitos humanos. E isso não se deve à uma ausência total do resgate da memória da escravidão. Ela existe nas escolas, em algumas manifestações culturais, nas pesquisas. Isto se deve à precarização de políticas públicas que tenham, como objetivo principal, identificar o que o longo processo de escravização do africano e dos afrodescendentes representou para a formação cultural e social da sociedade brasileira, as consequências da exclusão, especialmente do acesso à educação, e os graves entraves ao desenvolvimento do país, sem cair na banalização de uma simples disputa entre classes. Talvez seja por isso que Jacques Le Goff conclui que, especialmente nos países do “Terceiro Mundo”, se cria a cultura do “libertar o passado”: “Mas, não podemos rejeitá-lo, temos é de colocá-lo a serviço das lutas sociais e nacionais”. LE GOFF, 2012, p. 221.

Américas, pelos europeus, é outra demonstração do quanto a ambição pela dominação pode alcançar. A intolerância étnica, as disputas religiosas e políticas, que ocasionaram o genocídio dos armênios pelos turcos, ocorrido entre 1915 e 1923, considerado o primeiro crime contra a humanidade do século XX, abriu caminho para outros, como o holocausto.

O holocausto, entretanto, descortinou uma realidade mais próxima e mais arrasadora da vulnerabilidade da humanidade. A sociedade europeia foi marcada, de maneira indelével, por uma aura peculiar do pós Segunda Guerra Mundial⁵⁹. O europeu, seja aquele que vivenciou, que sobreviveu ou que descende dessa geração, sente os eternos efeitos de um conflito que não se revelou apenas como um dos mais arrasadores da história, mas como aquele que marcou a humanidade pela constatação de sua inegável vulnerabilidade em relação ao mal. Fato que, apesar das inúmeras versões, revela o quão o homem pode ser cruel e o quão perigosa é a manipulação das massas, que faz com que povos inteiros sejam seduzidos pelos atentados à liberdade, como forma de exercer a sua hegemonia.

O grande paradoxo, que se extrai da Segunda Guerra Mundial, porém, não foi suficiente para afastar da humanidade o desejo de um povo se sobrepor a outro, em disputas de poder político e econômico, marcadas pela violência dos conflitos ideológicos e, muitas vezes, étnicos. Não foram suficientes, por exemplo, para evitar outros crimes contra a humanidade, que tiveram, como pano de fundo, a intole-

59 "São de espécie dupla: alguma vez será possível desenhar uma linha que nos separe definitivamente da latência do pós-Segunda Guerra Mundial? E será essa dificuldade que experimentamos, na tentativa de desenhar essa linha - a qual se tornou o destino da minha geração -, específica do 'nosso' tempo histórico; ou será um problema geral com que se confrontam todas as culturas e épocas, sempre que tentam deixar o 'seu' passado para trás." GUMBRECHT, 2014, p. 49.

rância, como os ocorridos no Camboja, na Bósnia, Ruanda, nos campos de trabalho na Sibéria no regime stalinista ou em Darfur, já no século XXI.

Por quê o resgate da memória do holocausto não tem sido suficiente para coibir, em outras sociedades, intolerâncias capazes de levar a verdadeiros crimes contra a humanidade? Por quê tal memória, tão cara ao povo judeu por exemplo, não foi suficiente para criar uma consciência de tolerância e convivência com os palestinos, em Israel⁶⁰?

São questionamentos que passam, necessariamente, pela concretização de uma responsabilidade ética frente a

60 Paul Ricoeur esclarece um ponto central nessa relação entre memória e identidade, que merece ser destacada: a “fragilidade da identidade”, a que ele associa ou ao abuso da memória ou ao abuso do esquecimento. Essa fragilidade da identidade pode criar, no contexto do abuso da memória, uma cultura da vitimização (como no caso do holocausto “apropriado” pela comunidade judaica), e, no contexto do abuso do esquecimento, uma negligência com o passado (como, por exemplo, no Brasil, no que concerne à escravidão). Parece que, em ambos os casos, não se reeditou bem essa memória, sobretudo em relação ao “outro”, o que Paul Ricoeur considera a segunda causa de fragilidade: “é o confronto com outrem, percebido como uma ameaça. É um fato que o outro, por ser outro, passa a ser percebido como um perigo para a identidade própria, tanta a do nós como a do eu. Certamente, isso pode constituir uma surpresa: será mesmo preciso que nossa identidade seja frágil a ponto de não conseguir suportar, não conseguir tolerar que outros tenham modos de levar sua vida, de se compreender, de inscrever sua própria identidade na trama do viver-juntos, diferentes dos nossos? Assim é. São mesmos as humilhações, os ataques reais ou imaginários à auto-estima, sob os golpes da alteridade mal tolerada, que fazem a relação que o mesmo mantém com o outro mudar de acolhida à rejeição, à exclusão.”(sic) RICOEUR, 2007, p. 94-5. Sobre a “apropriação” do holocausto, tem-se Zigmund Bauman: “O Estado judeu tentou usar a trágica memória como um certificado de sua legitimidade política, um salvo-conduto para as suas decisões políticas passadas e futuras e, sobretudo, como pagamento adiantado pelas injustiças que pudesse por sua vez vir a cometer. Cada uma dessas visões, com suas razões específicas, contribuiu para arraigar na consciência pública uma imagem do Holocausto como assunto exclusivamente judeu, de pouco significado para quem mais seja (incluindo o próprio judeu como ser humano) obrigado a viver nos tempos modernos e fazer parte de uma sociedade moderna.” BAUMAN, 1998, p. 11.

essa memória. Portanto, é necessária a implementação de políticas públicas que visem a trabalhar efetivamente com a memória, o que ela representa para a sociedade em questão e o que se pode fazer para evitar eventuais erros do passado.

Hans Jonas, filósofo alemão, contemporâneo e amigo de Hannah Arendt, militante da resistência judaica, foi um importante testemunho da Segunda Guerra Mundial, tendo, em sua obra de toda uma vida, “O princípio da responsabilidade”, concluído que, para que seja possível a preservação da humanidade, necessário se faz a responsabilização ética do homem pelo futuro de sua civilização. É indispensável que políticas públicas acompanhem a modificação da “natureza do agir humano”⁶¹, ou melhor, uma *nova visão do agir humano*, mais voltada para as suas reais e futuras consequências, sob o prisma de se tentar evitá-las. Como esclarece Paul Ricoeur, “enquanto o traumatismo remete ao passado, o valor exemplar orienta para o futuro”⁶², ou seja, a identificação daquele dever ético que a memória conduz, que nada tem a ver com simples retribuição, vingança, mas, ao contrário, em preservação da humanidade.

61 Diz Hans Jonas: “Na imagem que ele conserva de si mesmo - na representação programática que determina o seu Ser atual tão bem quanto o reflete - o homem atual é cada vez mais o produtor daquilo que ele produziu e o feitor daquilo que ele pode fazer, mais ainda, é o preparador daquilo que, em seguida, estará em condição de fazer. Mas quem é “ele”? Nem vocês nem eu: importam aqui o ator coletivo e ato coletivo, não o ator individual e o ato individual; e o horizonte relevante da responsabilidade é fornecido muito mais pelo futuro indeterminado do que pelo espaço contemporâneo da ação. Isso exige imperativos de outro tipo. Se a esfera do produzir invadiu o espaço do agir essencial, então a moralidade se vê invadir a esfera do produzir, da qual ela se mantinha afastada anteriormente, e deve fazê-lo na forma de política pública. Nunca antes a política pública teve de lidar com questões de tal abrangência e que demandassem projeções temporais tão longas. De fato, a natureza modificada do agir humano altera a natureza fundamental da política.” JONAS, 2006, p. 43-4.

62 RICOEUR, 2007, p. 99.

Estabelecer qual a responsabilidade ética da sociedade frente a essa memória, que resgata a sua própria história, é formar uma consciência capaz de saber lidar com esse passado, não para desconstruí-lo, mas, ao contrário, para reeditá-lo, fazendo com que se concretize a evolução de uma determinada sociedade. É o que extrai da conclusão Jacques Le Goff, “a memória na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”⁶³.

Na Alemanha, por exemplo, ainda são julgados ex-nazistas. Mesmo que tais julgamentos, no que concerne à efetividade de qualquer sanção aplicada, em face da idade e da condição do condenado, sejam questionáveis, eles representam um importante simbolismo ético, no sentido da reparação do passado.

Quando Joaquim Gauck se refere à uma identidade alemã a partir de Auschwitz⁶⁴, ele reafirma a preocupação constante com uma memória que deve, para além do resgate histórico, construir, sempre, uma cultura de tolerância⁶⁵,

63 LE GOFF, 2012, p. 457.

64 Sobre a relação entre memória e identidade, Michael Pollak explica: “De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” POLLAK, 1992, p. 200-212.

65 Luciana Quillet Heymann estabelece ainda uma relação entre identidade e tolerância: “Nesse contexto, as identidades nacionais, construídas com base na idéia de unidade e homogeneidade da população identificada ao Estado-nação, se flexibilizam e acabam incorporando perspectivas que apontam para a diversidade e o pluralismo. A premissa da unidade cultural das comunidades cede lugar à afirmação do multiculturalismo, ao respeito e à

mesmo porque a Alemanha demorou muito para compreender esse resgate como uma verdadeira responsabilidade ética. Não a toa o pronunciamento de Gauck, na Câmara Baixa do Parlamento Alemão, teve um significado muito substancial para a memória, não só do holocausto, mas da própria cultura de intolerância, na medida em que reafirma uma necessidade de relacionar memória e identidade, responsabilidade e consciência, vistas, de certa forma, ainda como um tabu, mesmo que em menor escala, na sociedade alemã da pós-modernidade⁶⁶.

Vai na esteira de Jacques Le Goff, quando, de forma esclarecedora, se refere à memória como sendo “um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”⁶⁷.

O holocausto é um episódio da história dos judeus. Mas, para além da comunidade judaica, o holocausto foi um episódio da história da humanidade. O seu resgate é um dever moral de toda humanidade, exatamente para que esta memória não se traduza em vingança ou vitimização, mas, sim, em responsabilidade ética pelo futuro, de tornar a humanidade cada vez menos vulnerável ao mal, seja como vítima, seja como algoz.

valorização da diferença, discurso que tem se imposto como legítimo, apesar de enfrentar resistências em contextos sociais específicos.”(sic) HEYMANN, 2006.

66 Basta ver a postura da Alemanha na implementação de políticas de acolhimento dos refugiados sírios, numa evidente manifestação de tolerância.

67 LE GOFF, 2012, p. 455. Ele complementa: “Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.” *Ibidem*, p. 456.

Afinal, conforme Santo Agostinho, “os mortos não estão ausentes, são invisíveis. Têm os olhos cheios de luz, fixos nos nossos cheios de lágrimas”.

5. Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. Um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BARTOV, Omer. GROSSMANN, Atina. NOLAN, Mary. *Crimes de guerra*. Culpa e negação no Século XX. Trad. Renato Rezende. Rio de Janeiro: Difel, 2005.

BAUMAN, Zigmund. *Modernidade e Holocausto*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

BERR, Hélène. *O diário de Hélène Berr*. Um relato da ocupação

nazista de Paris. Tradução de Bernardo Ajzenberg. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

BESSEL, Richard. *Nazismo e Guerra*. Trad. Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

CERNICCHIARO, Ana Carolina. "César Vallejo e a vergonha do sobrevivente". Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/viewFile/5324/6089. Acesso em: 07 jun. 2010.

Disponível em: www.dw.de/n%C3%A3o-h%C3%A1-identidade-alem%C3%A3-sem-auschwitz-diz-gauck/a-18216763. Acesso em: 07 jun 2015.

FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GALEANO, Eduardo. Programa Sangue Latino, do Canal Brasil, gravado em 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w8rOUoc_xKc. Acesso em: 19 jun. 2015.

GEARY, Dick. *Hitler e o nazismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de 1945*. Latência como origem do presente. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HEYMANN, Luciana Quillet. O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 27f. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1685.pdf. Acesso em: 25 jun. 2015.

Hino Nacional da Alemanha. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/hinos/hino-da-alemanha-original-das-lied-der-deutschen.html>. Acesso em: 21 jun. 2015.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre a história*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=11933&cod_canal=34. Acesso em: 07 jun. 2015.

JONAS, Hans. *O princípio da responsabilidade*. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KITCHEN, Martin. *História da Alemanha moderna*. De 1800 aos dias de hoje. Trad. Cláudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira; Bernado Leitão [et al.]. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

LEVI, Primo. *A trégua*. Trad. Marco Lucchesi. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LOPES, Roberto. *Anjos e safados no holocausto*. 1938-1939. Histórias da diplomacia latino-americana na Europa durante a perseguição nazista aos judeus. São Paulo: Lafonte, 2012.

MAGOLI, Demétrio. BARBOSA, Elaine Senise. *Liberdade versus igualdade*. O mundo em desordem. v.1. 1914-1945. Rio de Janeiro: Record, 2011.

NICOLSON, Harold. *O Tratado de Versalhes*. A paz depois da Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Globo Livros, 2014.

CALVEIRA, Pilar. *Poder e esquecimento*. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf. Acesso em: 25 jun. 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15 Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 25 jun. 2015.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain Fraçois [et al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SZKLARZ, Eduardo. *Nazismo*. Como ele pôde acontecer. São Paulo: Abril, 2014.

TOYNBEE, Arnold. *A humanidade e a Mãe Terra*. Uma história narrativa do mundo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Recebido em 08/10/2015.

Aprovado em 18/03/2016.

Natália Silva Teixeira Rodrigues de Oliveira

Rua Vereda da Estrela, nº 63

Residencial Veredas das Geraes

CEP 34.000-000 Nova Lima/MG

E-mail: nataliastoliveira@gmail.com